

Salão Nobre dos Paços do Concelho

Reunião Ordinária de 18-04-2023

Ata nº 8

Membros da Câmara Municipal	Cargo	P/F/S
Manoel Batista Calçada Pombal	Presidente da Câmara Municipal	P
José Augusto Passos Rodrigo	Vereador	P
José Adriano Esteves Lima	Vereador	P
Manuel Fernandes Ramos dos Santos	Vereador	P
Maria de Fátima Rodrigues de Sousa	Vereador	P
José Custódio Domingues	Vereador	P
Diogo Miguel Dantas Alves	Vereador	P

P-Presença F-Falta S-Suspensão

Situação financeira em 12-04-2023

Operações Orçamentais	749 560,07€
Operações de Tesouraria	585 103,39€
Documentos	0,00€

Início da reunião:09.00 horas

Esta reunião foi secretariada por Soraia de Fátima Vaz Domingues, Chefe de Unidade da Divisão de Gestão Municipal.

I – Antes da ordem do dia

O Presidente da Câmara deu início à reunião começou por cumprimentar os Vereadores, prosseguiu saudando o público presente na sala, bem como o que acompanhava a reunião por via on-line.

Pronunciou-se sobre o tema “Espelho de Água de Castro Laboreiro”, assunto mediático nos últimos tempos, despoletado por um conjunto de ambientalistas que consideram que podem interferir nas obras e nas opções do território e das gentes que nele habitam. Afirmou que se trata de uma obra ansiada pela população de Castro Laboreiro, de modo geral, mas também pelos turistas e visitantes da freguesia. Explicou que em 2016 foram iniciados os procedimentos necessários para a concretização da obra, nos quais se incluí o parecer favorável da Agência Portuguesa do Ambiente (A.P.A.). Acrescentou que no dia de ontem foi remetida à Agência Portuguesa do Ambiente (A.P.A.) pronúncia em relação à intenção de recuarem em relação ao parecer emitido em 2016. A resposta foi fundamentada quer juridicamente, quer cientificamente, pelo que foi acompanhada por parecer do CIMAR. O Presidente entregou aos Vereadores a pronúncia do Município.

Informou, que em Castro Laboreiro as torres de comunicação dos Ribeiros de Cima e de Baixo estão praticamente prontas para entrar em funcionamento, bem como a fibra que também foi instalada.

Comunicou aos Vereadores que o Município recebeu da população de Alvaredo um abaixo-assinado relacionado com a edificação das habitações para arrendamento acessível. Declarou que a seu tempo será prestada a necessária resposta e remetida aos Vereadores.

Pronunciou-se sobre a realização da Festa do Alvarinho e do Fumeiro nos próximos dias 28, 29 e 30 de abril, com algumas novidades no que diz respeito ao espaço, espaços dedicados aos produtores onde será possível conversar com os que visitam o certame, entre outras alterações que vão proporcionar grandes momentos a todos, quer produtores, quer ao público.

Concluiu com o convite aos Vereadores para as celebrações do 25 de abril, explicou que vão existir dois momentos, a comemoração da data especial e homenagem aos antigos combatentes do UltraMar.

Pediu a palavra o Vereador Manuel Fernandes, afirmou que em especial, as questões relativas ao Espelho de Água e à Habitação para Arrendamento são preocupações para a oposição. Disse que em relação ao Espelho de Água este se tratava de um anseio antigo da população de Castro Laboreiro. Contudo, é preocupante tratar-se de uma candidatura, sendo que este assunto pode comprometer a mesma. Afirmou que independentemente do parecer da CIMAR acredita que qualquer leigo pode perceber que efetivamente não há danificação da margem, a qual até pode vir a ser melhorada com esta intervenção. No entanto, quem se tem de pronunciar é a Agência Portuguesa do Ambiente (A.P.A.) e se esta não acolher a defesa, para o Município podem advir diversos problemas, até porque apesar do parecer positivo em 2016, bem como da alteração provocada pela aprovação do PDM em que aquela zona passa a urbana, existe uma atuação que poderia ter sido mais diligente em relação a este processo.

No que respeita à edificação das habitações em Alvaredo, o Vereador afirmou que é unânime a necessidade de habitação em Melgaço. A Câmara Municipal deliberou que a construção dos imóveis fosse na freguesia de Alvaredo, apesar de se ter referido naquela data que seria importante ouvir a população, para caso fosse necessário haver a humildade de adaptar o projeto aos anseios da população. Face a isto, existe alguma alteração ao projeto que de alguma forma possa esbater o seu impacto.

Em relação às torres colocadas nos Ribeiros afirmou que não tinha dúvidas que a população de ambos lugares estará muito agradecida com início do funcionamento, depois de um período em que se sentiram abandonados.

Por último, em relação às comemorações do 25 abril disse que o PSD não tem marcado presença, contudo tratando-se também de uma homenagem aos antigos combatentes, atendendo à importância do ato será ponderada a presença.

O Presidente da Câmara respondeu que agradecia que o Vereador reconhecesse que a população de Castro Laboreiro merecia o investimento nesta área de lazer. O ponto de situação é o parar da obra, apesar de se encontrar praticamente concluída. Explicou que foi vedado o acesso para garantir a segurança. A restante obra está a prosseguir, pois é mais basta que o projeto do Espelho de Água, nomeadamente a requalificação da ponte, garantindo não só a qualidade arquitetónica como a estabilidade e segurança da mesma. Os próximos passos, depois da defesa feita é aguardar a resposta, apesar de que no âmbito da defesa foi solicitado o agendamento de uma reunião, para a qual é intenção levar a equipa que participou na defesa para explicar à Agência Portuguesa do Ambiente (A.P.A.) que o projeto foi executado conforme o parecer por estes emitido sem qualquer alteração ao que apreciaram em 2016. Depois disto, há duas hipóteses, interposição de recursos hierárquico e remessa para os tribunais, uma vez que o desmantelamento não é uma opção para a Autarquia. Afirmou que tal como o Vereador referiu a obra não colocou em causa a margem nem a ripícola, pelo contrário, o projeto prevê o seu enriquecimento e melhoramento, até porque era quase inexistente. Relativamente às questões formais o Presidente da Câmara disse que lhe parecia serem fáceis de ultrapassar até porque a Agência Portuguesa do Ambiente (A.P.A.) tem de assumir o parecer dado em 2016. Acrescentou que o problema mais grave é combater o extremismo de alguns ambientalistas, que é um combate não só do Município, como também dos habitantes do Parque Nacional. Este radicalismo ambiental apenas trava o crescimento dos territórios e encontra-se instalado até nas próprias instituições.

Em relação a Alvaredo, declarou que o projeto terá de ser analisado e com serenidade reavaliá-lo, depois de feitas as conversas com todos os envolvidos escolher o caminho a seguir. Nesta análise, tal como o Vereador afirmou, não pode ser esquecido que existe uma necessidade de habitação no concelho, fundamental para o desenvolvimento económico, bem como para a fixação de jovens em Melgaço. O investimento público não resolve todos os problemas pelo que é essencial que também exista investimento privado, contudo pode ser um primeiro passo para a solução.

Solicitou a palavra o Vereador Manuel Fernandes começando por afirmar que por vezes parece que os Castrejos estão a mais no Parque Nacional, esquecendo completamente que se o Parque existe foi graças aos Castrejos e Lamecenses que tiveram sensibilidade ambiental e praticaram o ambientalismo de forma a preservarem o Parque. Estes ambientalistas atuais, apesar de terem

formação na área não praticam o ambientalismo que tanto defendem com a noção de quem vive nestas zonas, pelo que desconhecem as necessidades dos que lá residem.

O Presidente da Câmara disse que efetivamente o que se verifica de algumas leituras, nomeadamente do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas é que o Parque devia regressar a um estado selvagem, algo que é preocupante pois o parque foi construído pelos seus habitantes que desenvolveram inúmeras obras milenares. Por vezes parece que o que se pretende é instituir uma reserva de índios, com leituras mesquinhas que desrespeitam os habitantes dessas zonas. Exemplo disso foi ao longo da alteração do Plano Diretor Municipal, o Município ter travado uma luta para que fosse permitida a edificação de estábulos com mais de 200 m², espaços que são agrícolas, de extrema necessidade para a população e um dos fatores económicos expressivo no Parque.

II - Ordem do dia

Administração Municipal

104. Presente para efeitos de análise e votação a Ata n. 95 de 08-03-2023.
O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata n. 95 de 08-03-2023.
Esta deliberação foi aprovada em minuta.

105. Justificação de falta.
Neste ponto não se verificou qualquer requerimento de justificação de falta.

Divisão de Desenvolvimento, Educação e Cultura

106. Presente para efeitos de aprovação a suspensão da Feira Semanal no dia 28 de abril por motivos da realização da Festa do Alvarinho e do Fumeiro, bem como, a aprovação do respetivo Edital, que ficará anexo a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n. 93514 de 11-04-2023 e ao abrigo do n. 92 do artigo 27.º do Regulamento Municipal das Atividades Económicas Não Sedentárias, a aprovação da suspensão da Feira Semanal no dia 28 de abril por motivos da realização da Festa do Alvarinho e do Fumeiro, bem como, a aprovação do respetivo Edital.
Esta deliberação foi aprovada em minuta.

107. Presente requerimento em nome de Maria Isabel Barros Lourenço, a solicitar a transferência de uso privativo do lote n. 925 da Feira Semanal para Maria da Conceição Vilas Boas, que ficará anexo a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n. º3008 de 23-03-2023 e ao abrigo do artigo 22.º do RMAENS, a aprovação da transferência de uso privativo do lote n. º25 da Feira Semanal para Maria da Conceição Vilas Boas.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

108. Presente email da Associação dos Pescadores do Rio Minho - A PESQUEIRA, a solicitar a atribuição de um subsídio no valor de 2.000,00€, para apoio à execução das atividades previstas no Plano Anual 2023. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n. º3517 de 11-04-2023 e no uso da competência prevista na alínea u) do n. º1 do artigo 33.º da Lei n. º75/2013, de 12 de setembro, conceder um subsídio no valor de 1.500,00€, para apoio à execução das atividades previstas no Plano Anual 2023.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

109. Presente informação interna, referente à criação de lugares temporários para Táxis - Festa do Alvarinho e do Fumeiro de Melgaço 2023, que ficará anexa a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n. º3630 de 13-04-2023 e no uso e para os efeitos do Decreto – Lei n. º251/98, de 11 de agosto e do n. º3 do artigo 8.º do Regulamento do Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros – Transporte em Táxi – do Município de Melgaço, aprovar o seguinte:

1. A criação de local de estacionamento temporário de táxis nas imediações do local da realização do evento Festa do Alvarinho e do Fumeiro de Melgaço;
2. Criação de 4 lugares de estacionamento para táxis, nos dias 28, 29 e 30 de abril de 2023.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

110. Presente para efeitos de aprovação o Relatório Final do júri dos Incentivos à Formação Superior para o ano letivo 2022/2023, que ficará anexo a esta ata. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n. º3611 de 12-04-2023 e no uso da competência prevista na alínea u) do artigo 33.º da Lei n. º75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do Relatório Final dos Incentivos à Formação Superior para o ano letivo 2022/2023.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

111. Presente para efeitos de aprovação o pedido de autorização para a prova desportiva Trans Peneda Gerês "The race of the 4 castles" que se realiza de 26 a 28 de abril 2023, que ficará anexo a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n. 93628 de 13-04-2023, a aprovação da emissão de parecer favorável para a prova Desportiva – TransPeneda-Gerês “The race of the 4 castles” (26 a 28 de abril de 2023).

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Divisão de Obras e Serviços Urbanos

112. Presente requerimento da Freguesia de Cristóval, a solicitar 20 sacos de cimento e uma carrinha de areia para diversas obras da freguesia. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n. 93124 de 28-03-2023 e no uso da competência prevista na alínea o) do n. 91 do artigo 33.º da Lei n. 975/2013, de 12 de setembro, conceder um subsídio no valor de 186,00€.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Divisão de Planeamento e Gestão Territorial

113. Presente requerimento em nome de Gabriel Gonçalves, a solicitar a emissão de certidão de destaque de parcela, descrita na matriz predial rústica sob o n. 9869, sita em lugar da Oliveira da União de Freguesias de Vila e Roussas, que ficará anexo a esta ata. O Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n. 93609 de 12-04-2023 e no uso do n. 99 do artigo 6.º do RJUE, aprovar a emissão de certidão de destaque de parcela inscrita na matriz predial rústica sob o n. 9869, sita em lugar da Oliveira, da União de Freguesias de Vila e Roussas.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

114. Presente requerimento em nome de Manuel Joaquim Pires, a solicitar a emissão de certidão de compropriedade indivisa relativa ao prédio inscrito na matriz predial rústica sob o n. 912903, da União das freguesias de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro, que ficará anexo a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n. 93379 de 04-04-2023 e no uso do artigo 54.º da Lei n. 964/2003, de 23.08, a aprovação da emissão de certidão de compropriedade indivisa relativa ao prédio inscrito na matriz predial rústica sob o n. 912903, da União das freguesias de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

115. Presente pedido do Sr. Paulo Monteiro a solicitar um lugar de estacionamento no largo em Cevide - Cristóval, para seu uso exclusivo, que ficará anexo a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n. º3454 de 06-04-2023 e no uso da competência prevista nas alíneas qq) e rr) da Lei n. º75/2013, de 12 de setembro, indeferir a petição do requerente.
Esta deliberação foi aprovada em minuta.

116. Presente requerimento em nome de FrenetikSmile Unipessoal, Lda., a solicitar o licenciamento para colocação no domínio público, de um Poste de Sinalética de Orientação ou Publicitária, no período entre o 8 de março de 2023 e 8 de março de 2024, na praça Amadeu Abílio Lopes, que ficará anexo a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n. º3458 de 06-04-2023 e no uso da competência prevista nas alíneas qq) e rr) da Lei n. º75/2013, de 12 de setembro, a aprovação da petição do requerente.
Esta deliberação foi aprovada em minuta.

117. Presente requerimento em nome de FrenetikSmile Unipessoal, Lda., a solicitar o licenciamento para colocação no domínio público, de um poste de Sinalética de Orientação ou Publicitária, no período entre o 8 de março de 2023 a 8 de março de 2024, no cruzamento da Rua do St. º Cristo, da Rua da Loja Nova e da Rua Dr. Augusto César Esteves, que ficará anexo a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n. º3456 de 06-04-2023 e no uso da competência prevista nas alíneas qq) e rr) da Lei n. º75/2013, de 12 de setembro, indeferir a petição do requerente.
Esta deliberação foi aprovada em minuta.

118. Presente requerimento em nome de FrenetikSmile Unipessoal, Lda., a solicitar o licenciamento para colocação no domínio público, de um poste de Sinalética de Orientação ou Publicitária, no período entre o 8 de março de 2023 a 8 de março de 2024, no cruzamento da Rua Dr. Augusto César Esteves e Rua Dr. António Durães, que ficará anexo a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n. º3460 de 06-04-2023 e no uso da competência prevista nas alíneas qq) e rr) da Lei n. º75/2013, de 12 de setembro, indeferir a petição do requerente.
Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Gabinete de Projetos

119. Presente para efeitos de ratificação o despacho. º 3395, de 05/04/2023, de aprovação das alterações ao Anexo I - Programa Preliminar, propostas na Ata n.º 3 do Júri do Procedimento «Execução da empreitada de conceção-construção das ações previstas no Projeto de investimento n.º 87 "Requalificação da Zona Industrial de Penso"», que ficará anexa a esta ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos do artigo 35.º/3 do RJAL, aprovado pela Lei n. º75/2013, de 12 de setembro, ratificar a aprovação das propostas contidas na Ata n. º3 do Júri do Procedimento "Execução da empreitada de conceção-construção das ações previstas no Projeto de investimento n. º87 "Requalificação da Zona Industrial de Penso".

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Divisão de Gestão Municipal

120. Presente para efeitos de aprovação e submissão à próxima sessão da Assembleia Municipal, o Relatório Final do pedido para contração de um Empréstimo de Longo Prazo até ao montante de 2.291.646,35€ e os respetivos compromissos plurianuais, bem como, autorização nos termos do n. º2 do artigo 51.º da Lei n. º73/2023, de 12 de setembro, que ficará anexa a esta ata. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Vereador José Rodrigo interveio para prestar algumas notas, expressou que estes valores deveriam ter constado do Orçamento. Acrescentou que neste momento está o Município a hipotecar investimentos futuros ao assumir este empréstimo.

O Presidente explicou que era um exercício de pouco rigor prever estes valores no orçamento à data da sua elaboração, uma vez que os mesmos provêm das revisões de preços, tal como a própria lei estabelece podem não estar previstos em Orçamento, pois são fruto da inflação.

O Executivo deliberou, por maioria, com três votos contra dos Vereadores do PPD/PSD, nos termos de facto e de direito constante da informação n. º3538 de 12-04-2023 e no uso da alínea ccc) do n. º1 do art. º33.º do Anexo I da Lei n. º75/2013, de 12 de setembro, aprovar e submeter à próxima sessão da Assembleia Municipal, a adjudicação deste empréstimo à Caixa de Crédito Agrícola, até ao montante de 2.291.646,35€ e os respetivos compromissos plurianuais, bem como, autorização nos termos do n.º2 do artigo 51.º da Lei n.º73/2013, de 12 de setembro.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

121. Presente para efeitos de aprovação o Equilíbrio de contas previsto no n. º1 e n. º2 do artigo 40.º da Lei n. º50/2012 de 31 de agosto, relativo à empresa municipal Melsport - Melgaço, Desporto e Lazer E.M., que ficará anexa a esta ata. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Presidente da Câmara esclareceu que foi um ano excecional quanto ao crescimento económico da Empresa, contudo houve um acompanhamento da despesa, fruto da subida dos salários dos colaboradores e das tarifas energéticas.

O Vereador José Rodrigo alertou para o facto de não ter sido contemplado no Orçamento a depreciação do material, o que se reflete nos resultados de 2022. Manifestou que no Orçamento deve estar previsto o valor das depreciações.

O Presidente disse estranhar a observação do Vereador pois as contas são acompanhadas por ROC's e por técnicos da Autarquia nas diversas avaliações nunca foi colocada essa questão.

O Vereador José Rodrigo afirmou essa questão devia ser discutida com o ROC, pois mais uma vez os Orçamentos são irrealistas.

Requereu a palavra o Vereador Manuel Fernandes para referir que efetivamente houve um acréscimo de atividade que se traduz em 25% de proveito, porém existe um aumento de despesa de 26%, pelo que o resultado não é ideal. Explicou que não está em causa a atribuição de retribuição justa aos colaboradores, mas talvez fosse necessário algum gradualismo na atualização dos salários, para reduzir o impacto.

O Presidente da Câmara aclarou que os salários em causa nem são equiparados aos da função pública, são inferiores, pelo que era necessário o aumento.

O Executivo deliberou, por maioria, com três votos contra, dos Vereadores do PPD/PSD, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º3558 de 12-04-2023 e no uso do n.º3 do artigo 35.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do Equilíbrio de Contas previsto no n.º1 e n.º2 do artigo 40.º da Lei n.º50/2012 de 31 de agosto, relativo à empresa municipal Melsport – Melgaço, Desporto e Lazer E.M. Esta deliberação foi aprovada em minuta.

122. Presente para efeitos de aprovação e posterior submissão à próxima sessão da Assembleia Municipal os documentos de prestação de contas e relatório de gestão de 2022, que ficarão anexos a esta ata.

O Presidente procedeu à apresentação das contas, começando por se referir aos fluxos de caixa, em que as receitas correntes ascendem a 12 572 219,30€, já as receitas de capital a 722 260 097,33€, o que perfaz um total de receita de 19.798 316,63€, representando uma execução de 80%. No que diz respeito à despesa verificou-se que as correntes ascendem a 113 424 475,36€ e as despesas de capital a 763 614,29€, totalizando 19 106 089,65€, representando 77% de execução do orçamento da despesa.

Em termos de receita as principais rubricas são as referentes aos impostos, nomeadamente ao IMI, IMT e IUC, enfatizou o aumento do IMT, pois é um sinal positivo para o setor imobiliário e da habitação., aos rendimentos de propriedade com a receita das eólicas, às transferências correntes e transferências de capital e ainda aos passivos financeiros que se

referem ao empréstimo do IFRRU e ao empréstimo BEI relativo à obra da Zona Empresarial de Alvaredo.

Relativamente às rubricas da despesa, verifica-se um aumento do ano de 2021 para 2022 no que diz respeito aos gastos com o pessoal, devido aos aumentos salariais verificados ao longo do ano representou um aumento, tal como na aquisição de serviços que também tiveram um ligeiro aumento. Na rubrica de Aquisição de Serviços, de referir os aumentos sofridos com os serviços de Abastecimento de Água, Saneamento, e Recolha de Resíduos, as despesas com a Educação e a Administração Geral. As despesas de capital detiveram um aumento significativo, fruto das grandes obras que decorreram durante o ano, nomeadamente Piscinas Municipais e Zona Empresarial de Alvaredo.

O Vereador José Rodrigo congratulou a implementação do sistema contabilidade de gestão, apesar de ainda não se encontrar em pleno, no entanto alertou para o facto de as funções económicas serem superiores às sociais. Disse que esperava mais esperança para o futuro, apesar das constatações estarem mais focadas no investimento material do que no investimento económico. O que não contraria a perda de população e a falta de poder de compra. Afirmou que o PSD ambiciona um Município mais dinâmico e que proporcione maior apoio às famílias. Afirmou que os resultados não traduzem sustentabilidade, existe uma diminuição de execução orçamental de quase quatro milhões. Efetivamente, os resultados líquidos aumentaram, mas o passivo também teve um acréscimo, pelo que o rácio de liquidez média é de 0.86%, o que é muito baixo. Alertou para um endividamento de nove milhões com um ativo corrente de mais 22% que em 2021 e ainda um saldo negativo de três milhões. Concluiu, afirmando que não existe dinamismo económico no Município o que se traduz em pouca capacidade de atração de pessoas e da sua qualidade de vida. Todos esses investimentos que justificam as contas apresentadas poderão trazer frutos a médio longo prazo até lá o Município está estagnado enquanto outros avançam.

Interveio o Vereador Manuel Fernandes para dizer que o orçamento Municipal é visto como um documento de transição, nos restantes orçamentos as apostas passavam pelo vinho e turismo neste passou-se para o investimento industrial. Afirmou que gostava de acreditar que existe uma perspetiva e visão, até porque o PSD sempre reivindicou a Indústria e é essa a atual aposta. No que se refere ao turismo disse que considerava que era necessária uma aposta diferenciadora com eixos definidos, com uma clara aposta na qualificação do território, mas também dos seus atores, um exemplo importante foi o investimento na rede de trilhos o qual cria condições de visita. Concluiu afirmando que efetivamente a Zona Empresarial poderá fomentar um regresso, mas neste momento ainda não aconteceu nada que tenha reflexo na vida das pessoas, e essa inversão vai demorar algum tempo.

O Presidente da Câmara explicou que o investimento no âmbito económico não se trata de investimentos como a Zona Empresarial, mas sim, apoios ao investimento e promoção do território, como eventos, Festa do Alvarinho e do Fumeiro, Festa do Espumante, publicidade. Em relação à área empresarial, disse que não há outra forma de tornar o concelho atrativo e que neste momento o Município está a trabalhar no sentido de atrair empresas com valor acrescentado e de dimensão superior, o primeiro passo foi dado que era garantir um local apropriado para os receber. A Zona Empresarial de nova geração cria

condições de atratividade ímpares, pois é possível garantir energia a preço inferior. Afirmou que outra questão importante e relevante para o regressar é a habitação e também nesse setor se estão a fazer investimentos e mudanças.

O Executivo deliberou, por maioria, com três votos contra dos Vereadores do PPD/PSD, aprovar e posteriormente submeter à próxima sessão da Assembleia Municipal, os documentos de prestação de contas e relatório de gestão do ano de 2022, conforme o disposto no nº.1 do artº.76º da Lei nº.73/2013, de 3 de setembro. Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Presidência

123. Presente para efeitos de aprovação a proposta de atribuição de Distinções Honoríficas aos Combatentes da Guerra do Ultramar, que ficará anexa a esta ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, a aprovação da proposta de atribuição de Distinções Honoríficas aos Combatentes da Guerra do Ultramar.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

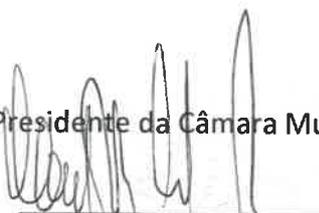
III – Período de Intervenção do Público

Não foram solicitadas intervenções do público.

E nada mais havendo a tratar, quando eram 11.45 horas, foi a reunião encerrada pelo Senhor Presidente, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.

E eu, Saraia da Domingues, Chefe de Unidade da Divisão de Gestão Municipal da Câmara Municipal de Melgaço, a subscrevi.

O Presidente da Câmara Municipal



Manoel Batista Calçada Pombal

